

Inserção do DIU e o planejamento reprodutivo realizado por enfermeiros na atenção primária especializada: Uma revisão integrativa da literatura

 <https://doi.org/10.56238/sevenced2024.001-016>

Adriana Elisa dos Santos Borges

Graduanda em Enfermagem
Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Campinas
E-mail: adrianaelisa2002@gmail.com

Beatriz Trevizam Berto

Graduanda em Enfermagem
Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Campinas
E-mail: biatrevizamberto@gmail.com

Giovana Suriani Peres

Graduanda em Enfermagem
Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Campinas
E-mail: giperes306@gmail.com

Josilene Aparecida dos Santos Machado

Enfermeira formada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Campinas
E-mail: josilene.asmachado@gmail.com

Tainá Monique de Souza

Graduanda em Enfermagem
Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Campinas
E-mail: tainamonique13@gmail.com

Gabriela Marchiori Carmo Azzolin

Orientadora
E-mail: dir.enfermagem@puc-campinas.edu.br

RESUMO

Objetivo: O seguinte estudo tem como objetivo investigar acerca da inserção do DIU e os direitos sexuais das mulheres a partir do planejamento reprodutivo realizado por Enfermeiros atuantes da atenção primária especializada. Proporcionar a síntese de conhecimentos e resultados de seus impactos mediante a temática de pesquisa. **Método:** Revisão integrativa de literatura na qual elencamos como pergunta norteadora “Qual a atuação da enfermagem no planejamento reprodutivo e a inserção do DIU”. Para o levantamento bibliográfico foram utilizados como banco de dados a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Bases de dados de Enfermagem (BDENF), Scientific Electronic Library Online (SciELO). **Resultados:** Embasados nas pesquisas científicas e artigos utilizados, foi construído um pensamento crítico a respeito da atuação do Enfermeiro. Muitas mulheres desconhecem seus direitos sexuais dispostos no planejamento familiar e apresentam receios sobre a funcionalidade e inserção do DIU. A propagação de informações e educação em saúde por parte do enfermeiro é de suma importância, para que deste modo, possamos prestar um atendimento qualificado, prezando pelo bem-estar de todos os envolvidos e combatendo os paradigmas impostos pela sociedade. **Conclusão:** Com base nos demais estudos, foi possível identificar a importância do conhecimento acerca do planejamento reprodutivo e sexual na sociedade brasileira, visto que o mesmo possui respaldo na Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996 na qual além de garantir o planejamento familiar, também esclarece o papel do estado e dos sujeitos envolvidos na garantia desse direito. Assim, aumentando o acesso aos métodos contraceptivos oferecidos pela rede pública e proporcionando a melhora da qualidade de vida, agindo também na prevenção e diminuição da taxa de mortalidade materna e neonatal.

Palavras-chave: Cuidados de enfermagem, Planejamento familiar, Saúde reprodutiva, Métodos contraceptivos, DIU.

1 INTRODUÇÃO

Dentre os eventos mais significativos na saúde do Brasil, destaca-se a Política Nacional de Planejamento Familiar tratada em 12 de janeiro de 1996 na lei nº 9263 regulamenta o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, para acesso no Sistema Único de Saúde na qual o homem, mulher ou casal pode usufruir de consultas de planejamento familiar com o enfermeiro sobre o desejo ou não de ter filhos e quais estratégias são apropriadas para a escolha. Caso a escolha seja o desejo de não gerar, a Política garante o oferecimento de informações e fornecimento dos seguintes métodos: pílulas combinadas, mini pílulas, injetáveis mensais, injetáveis trimestrais, preservativo feminino e masculino, diafragmas, contraceptivos de emergência e o Dispositivo Intrauterino Tcu-380 (DIU T de cobre). A difusão dos métodos contraceptivos apresenta impacto positivo na saúde da mulher e os contraceptivos reversíveis de longa ação, conhecidos como LARC (Long Acting Reversible Contraceptive) representam uma importante estratégia custo-efetiva na prevenção de gestações indesejadas. (BRASIL. Ministério da Saúde, 2010; MORAIS, 2021)

No Brasil, o planejamento reprodutivo ou planejamento familiar é um conjunto de ações de regulação da fecundidade, que auxiliam o adulto, jovem ou adolescente com vida sexual ou se preparando para iniciá-la, a decidir se deseja ou não ter filhos, e qual momento é mais oportuno para isso, tendo seu exercício assegurado por políticas públicas. Como exemplo: a Lei nº 9.263/1996, que visa fortalecer os direitos sexuais e reprodutivos dos indivíduos, por meio de ações clínicas, preventivas, educativas e oferta dos meios e métodos para regulação da fecundidade. (LACERDA, 2021).

Para a escolha do método, deve ser considerada sua eficácia, possíveis efeitos colaterais, aceitabilidade, disponibilidade, reversibilidade, facilidade de uso, proteção à Infecções Sexualmente Transmissíveis. E durante o processo de aconselhamento, é papel do profissional ouvir a escolha do indivíduo ou casal e a relação entre as características do método e os fatores individuais e situacionais relacionados aos usuários – como estado de saúde, condições socioeconômicas, fase da vida, padrão de comportamento sexual, aspirações reprodutivas, possíveis dúvidas e inseguranças. (BRASIL. Ministério da Saúde, 2010).

Torna-se essencial a consideração que a frequência dos efeitos adversos ou problemas decorrentes do uso de anticoncepcionais, podem variar dependendo da escolha do método contraceptivo, levando em consideração a saúde de cada indivíduo, o que facilita a adesão ou não adesão do tratamento. (LACERDA, 2021).

A atuação dos profissionais de saúde, no que se refere ao Planejamento Familiar, deve estar pautada no Artigo 226, Parágrafo 7, da Constituição da República Federativa do Brasil, portanto, no princípio da paternidade responsável e no direito de livre escolha dos indivíduos e/ou casais. Assim, o Planejamento Familiar deve ser considerado essencial na contemplação dos direitos reprodutivos, pois

assim garante a todos um direito básico de ter ou não filhos(as), previsto na Constituição Brasileira. (BRASIL, Ministério da Saúde, 2010).

Essa oferta de métodos contraceptivos se dá majoritariamente nos serviços de Atenção Primária à Saúde (APS), instância central na organização do SUS, que tem como principais atributos ser o primeiro contato dos usuários no sistema de saúde, configurando-se como a porta de entrada preferencial para a rede de atenção à saúde (TRIGUEIRO et al., 2021).

Todavia, mesmo sabendo que a distribuição é realizada na APS, muitos profissionais não têm capacitação para realizar tal procedimento, incluindo a equipe de Enfermagem, tendo em vista que é uma abordagem necessária que contribui para aumentar a taxa de inserções exitosas, diminuir as taxas de complicações e ampliar a possibilidade de escolha e o respectivo acesso ao método de contracepção da população. (RODRIGUES, 2023)

Nos últimos anos, observa-se um interesse aumentado pela procura, preferência e inserção do dispositivo intra-uterino na Atenção Primária à Saúde, pela alta praticidade e manutenção reduzida em comparação aos outros métodos, longa duração, alta eficácia e disponibilidade em qualquer idade em período reprodutivo mesmo em pós-parto e pós-abortamentos com inserção em até 10 minutos. O DIU apresenta uma taxa de falha em torno de 0,8% para o uso típico e 0,6% para o uso perfeito, assumindo o segundo lugar como método de contracepção com menor chance de falha, excetuando-se os métodos definitivos como a vasectomia e laqueadura. Tendo em vista que por atuar diretamente no endométrio não há sobrecarga medicamentosa como acontece em anticoncepcionais que são em pílulas. (LACERDA, 2021).

Destaca-se a nova Nota Técnica 31/2023, publicada pelo Ministério de Saúde (2023), que garante ao enfermeiro capacitado a inserção e retirada do dispositivo intrauterino, respaldado pelo conhecimento técnico-científico para a realização dos procedimentos. Tal ação também é verificada no Parecer de Comissão Nº 004/2019/CNSM/COFEN pelo Conselho Federal de Enfermagem (2019).

Frente a este contexto, justifica-se pela necessidade de apresentar uma revisão de literatura com o intuito de investigar e descrever os benefícios da inserção do DIU realizado por enfermeiras (os). Esclarecer as vantagens da utilização de estratégias no planejamento familiar e reprodutivo realizado na Atenção Primária à Saúde e Especializada garantindo que os direitos sexuais e reprodutivos sejam respeitados, inclusive, atendendo os princípios do SUS. Consolidando a atuação colaborativa da enfermagem no atendimento promovendo a ampliação da oferta de acesso à informação qualificada sobre métodos de contracepção.

2 OBJETIVO GERAL

O seguinte estudo tem por objetivo investigar acerca da inserção do DIU, bem como seus direitos ao planejamento familiar disposto na atenção primária especializada. Proporcionando a síntese de conhecimentos e resultados de seus impactos na sociedade mediante a temática de pesquisa.

3 MÉTODO

Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa de literatura, sendo esse um método que tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente. Deste modo, o pesquisador pode elaborar uma revisão integrativa com diferentes finalidades, podendo ser direcionada para a definição de conceitos, revisão de teorias ou análise metodológica dos estudos incluídos de um tópico particular (ERCOLE *et al.*, 2014). Este estudo tem como pergunta norteadora: “Qual a atuação da enfermagem no planejamento reprodutivo e a inserção do DIU?”

Foi utilizado como referencial teórico metodológico Mendes, Silveira e Galvão (2008) que propõe organizar e resumir os resultados de outras pesquisas sobre um determinado tema em questão, de maneira sistematizada, possibilitando conclusões acerca do conteúdo proposto. As etapas a serem seguidas foram: a formulação de uma questão norteadora, a busca das publicações em base de dados com critérios de inclusão e exclusão, a categorização dos estudos, a avaliação dos artigos incluídos, a interpretação dos resultados e discussão e por último a síntese do conhecimento com um resumo das evidências disponíveis.

Foi realizada a busca ou amostragem na literatura. Como critérios de inclusão foram considerados: estudos científicos na íntegra, em português e em inglês, publicados no período de 2019 a 2023 e indexados nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Bases de dados de Enfermagem (BDENF), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); utilizando os seguintes descritores indexados no Decs/MeSH: Cuidados de enfermagem, Planejamento familiar, Saúde reprodutiva, métodos contraceptivos, DIU. Foram utilizados manuais técnicos do Ministério Saúde para complementar o estudo, além da Nota Técnica do Ministério da Saúde e Parecer de Comissão COFEN.

Foram excluídas as publicações que não abordavam a temática do estudo, publicadas antes de 2019 e publicações duplicadas nas bases de dados.

Para avaliação crítica dos estudos incluídos, adotou-se o seguinte sistema de classificação de evidências:

Nível 1: as evidências são provenientes de revisão sistemática ou metanálise de todos relevantes ensaios clínicos randomizados controlados ou oriundas de diretrizes clínicas baseadas em revisões sistemáticas de ensaios clínicos randomizados controlados; Nível 2: evidências derivadas de pelo menos um ensaio clínico randomizado controlado bem delineado;



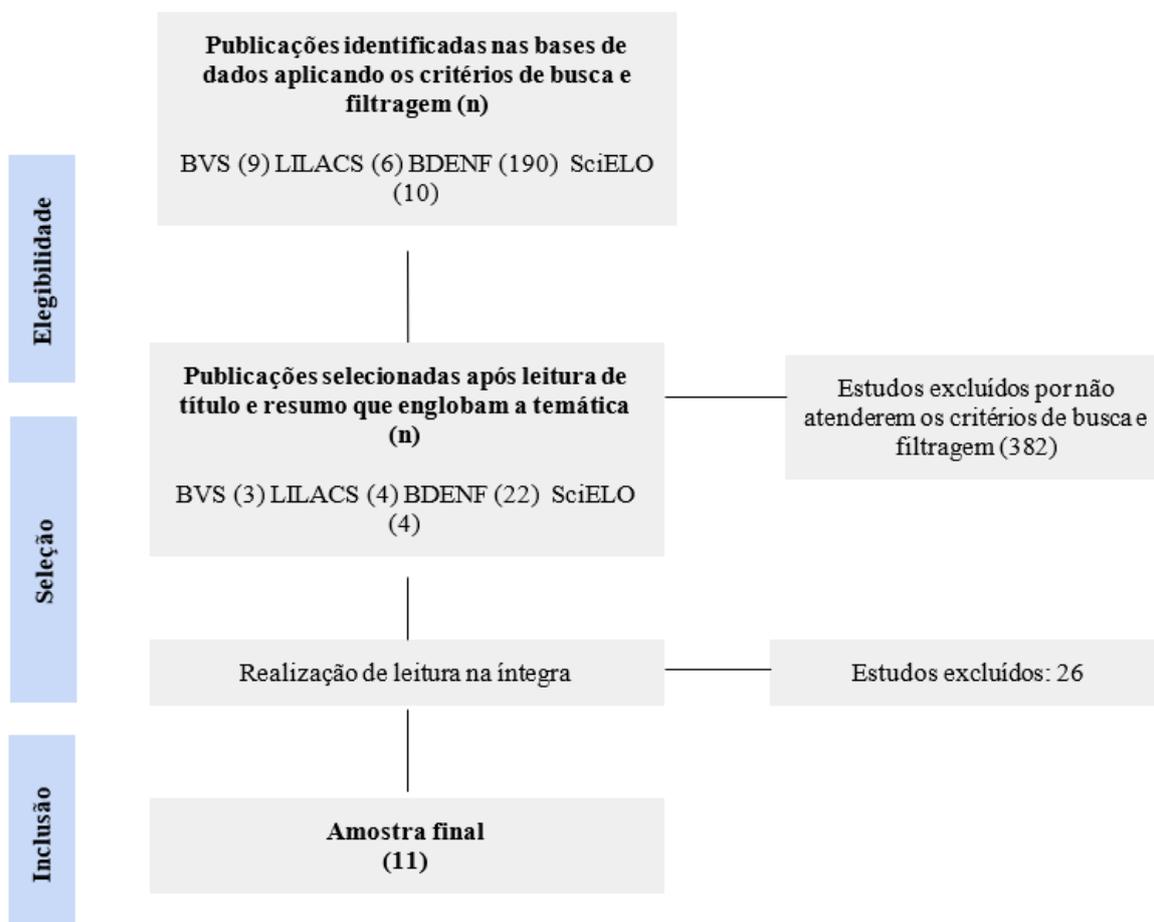
Nível 3: evidências obtidas de ensaios clínicos bem delineados sem randomização; Nível 4: evidências provenientes de estudos de coorte e de caso-controle bem delineados; Nível 5: evidências originárias de revisão sistemática de estudos descritivos e qualitativos; Nível 6: evidências derivadas de um único estudo descritivo ou qualitativo; Nível 7: evidências oriundas de opinião de autoridades e/ou relatório de comitês de especialistas (SOUZA, 2010, p.104-105).

Foi elaborado um fluxograma contendo o número de trabalhos obtido na coleta inicial e o número remanescente após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, bem como, o número de trabalhos incluídos para esta pesquisa (Figura 1).

Foi elaborado um instrumento para coleta de dados que permitirá a categorização dos artigos facilitando sua análise segundo o título, autor, ano, periódico, bases de dados, objetivos e principais resultados. Para análise da produção científica será identificado o número de publicações segundo descritores e/ou unitermos, base/banco de dados consultados e distribuição cronológica. A partir desta organização será construído um quadro, procedendo-se deste modo, uma primeira sistematização do conjunto do material selecionado com intuito de obter uma visão panorâmica do que foi publicado sobre a temática.

Na sequência, será realizada a leitura dos resumos das publicações selecionadas, a fim de se definir a inclusão ou exclusão do material de acordo com o interesse específico da pesquisa e seleção destes a fim de classificá-los entre as categorias semelhantes. Nesta fase, os estudos serão agrupados de acordo com seu enfoque principal.

A terceira etapa compreenderá a leitura seletiva das referências selecionadas que serão agrupadas conforme as categorias identificadas nas etapas anteriores, concluindo assim a revisão bibliográfica sobre o tema, nos períodos propostos, e apresentados nas seções Resultados e Discussão.



4 RESULTADOS

Quadro 1- Relação dos artigos selecionados segundo título, autor, ano, local, descritores, idioma, base de dados e link de acesso

Nº	TÍTULO	AUTORIA	ANO	LOCAL	DESC.	IDIOMA	BASE DE DADOS	LINK DE ACESSO
1	Atenção em contracepção no puerpério: o DIU está sendo ofertado às mulheres usuárias de unidades básicas de saúde?	MELLI, T.L	2019	Catálogo USP	Dispositivo intrauterino <i>and</i> enfermagem	Português	BVS	https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7144/tde-17122019-121642/pt-br.php
2	Conocimiento de los enfermeros sobre el dispositivo intrauterino en el contexto de las unidades básicas de salud	MARTINS, I.M.O <i>et al</i>	2023	Enfermería Global.	diu <i>and</i> atención básica	Espanhol	BVS	https://revistas.um.es/eglobal/article/view/537811/339121

3	Desenvolvimento e validação de uma ferramenta para avaliação por competência da inserção do dispositivo intrauterino	LOPES, R.R.S; GALVÃO, E.L; GUEDES, H.M	2022	Revista Brasileira Saúde Materna Infantil	Enfermagem and DIU	Português	LILACS	https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/wvZQK6dF Sj6sV7C5WfPKMfg/?format=pdf&lang=pt
4	Garantindo o acesso ao dispositivo intrauterino na atenção primária através das redes sociais durante a pandemia do novo coronavírus.	SILVA, A.C.M	2022	Revista de APS	DIU and atenção básica	Português	BVS	https://periodicos.ufff.br/index.php/aps/artic le/view/35982/24827
5	Inserção de dispositivo intrauterino para médicos e enfermeiros em maternidade de baixo risco	TRIGUEIRO, T.H <i>et al</i>	2021	Revista Gaúcha Enfermagem	DIU	Portugues s	SCIELO	https://www.scielo.br/j/rngenf/a/cV8yVJKpr RPzcLkDdw5dn9h/?lang=en
6	Inserção de dispositivo intrauterino por enfermeiros na atenção primária à saúde	LACERDA , L.D.R.C; <i>et al</i>	2021	Enfermag em em foco	Enfermage m and DIU	Portuguê s	LILACS e BDEF	http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/5209/1167
7	Perfil das mulheres submetidas à inserção do dispositivo intrauterino de cobre na Atenção Primária à saúde de municípios da Paraíba	MORAIS, L.G.F	2021	Revista Brasileira de Medicina de Família e comunidade	DIU and atenção básica	Portugues s	BVS	https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/08/1282015/2649-texto-do-artigo-16431-1-10-20210714.pdf
8	Planejamento reprodutivo e inserção de Dispositivos Intrauterino realizada por médicos e Enfermeiras no Brasil	RODRIGUES, G.A; <i>et al</i>	2023	Cogitare Enfermagem	Enfermage m and planejam ento reprodutivo	Portuguê s	SCIELO	https://www.scielo.br/j/cenf/a/N57ScHmZP btrFNMH67KFFfM/?format=pdf&lang=pt
9	O papel do enfermeiro no programa de planejamento reprodutivo: uma revisão integrativa	VENTURA , H.N.S; <i>et al</i>	2022	Rev.Enfe m, Atual in Derme	Enfermage m and planejam ento reprodutivo	Portuguê s	BDEF	https://pesquisa.bvsalud.org/porta l/resource/pt/biblio-1427838

10	Determinantes do início do uso de métodos contraceptivos após o parto em usuárias da Atenção Primária à Saúde	SILVEIRA, L.M	2022	<i>Belo Horizonte</i>	DIU and atenção básica	Português	BDEF	https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1436585
11	Prática avançada de enfermagem no planejamento reprodutivo - Inserção de dispositivo intrauterino: Um relato de experiência	DIAS, C.L.O; SILVA, Y.L.M,	2022	Nursing	Enfermagem and DIU	Português	BDEF	https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1402508

FONTE: Produção Autoral

QUADRO 2 - Relação dos artigos utilizados segundo objetivos e resultado

Nº	Objetivos	Resultados
1	Conhecer a oferta de aconselhamento contraceptivo e insumos para puérperas usuárias de UBS (Unidade Básica de Saúde) durante o pré-natal, parto e puerpério, especialmente o DIU (dispositivo intrauterino)	A oferta de métodos contraceptivos no puerpério é incipiente, estando centrada em métodos de curta duração, como a pílula, e não no DIU que é mais eficaz e de longa duração. Um terço das puérperas estava insatisfeita com o método que estava usando, sendo que uma proporção razoável escolheria usar o DIU, o que mostra que a preferência e necessidade por métodos contraceptivos está desconectada do que os serviços de atenção ao pré-natal, parto e puerpério estão ofertando.
2	Verificar o conhecimento de enfermeiros sobre o dispositivo intrauterino no contexto das Unidades Básicas de Saúde	A falta de conhecimento dos enfermeiros, no âmbito da atenção primária de saúde, sobre o dispositivo intrauterino, torna-se uma barreira que limita o acesso ao método contraceptivo. Deve-se, portanto, fortalecer as habilidades dos enfermeiros por meio da educação continuada para a qualificação da atenção primária à saúde.
3	Desenvolver e validar um instrumento de avaliação da competência profissional do enfermeiro na inserção do dispositivo intrauterino(DIU)	A ferramenta desenvolvida apresenta-se válida e confiável. Acredita-se que a implantação dessa ferramenta contribuirá para a formação de profissionais e para o aprimoramento dos conhecimentos, comportamentos e habilidades na consulta de enfermagem com foco no planejamento reprodutivo com ênfase na inserção do DIU
4	Relatar a experiência na ampliação do acesso das mulheres ao dispositivo intrauterino através das redes sociais e da telemedicina	As redes sociais podem ser aliadas no acesso a informações compartilhadas por profissionais de saúde, além de facilitar o acesso a alguns serviços oferecidos, como a pré - consulta, antes da avaliação e inserção do dispositivo intrauterino
5	Caracterizar a produção referente a inserção de Dispositivos Intrauterinos por médicos e enfermeiros em uma maternidade de risco habitual.	Das 828 inserções, existiu diferença significativa entre mulheres que receberam o DIU no Centro Obstétrico (247) e Ambulatório (571) quanto a taxa de expulsão ($p= 0,00001$), existindo mais chance de expulsão no pós-parto imediato. A inserção do DIU no ambulatório pelo enfermeiro se demonstrou tão segura quanto pelo médico.
6	Descrever a vivência de enfermeiros na implementação do serviço de inserção de dispositivo intrauterino de cobre na Atenção Primária à saúde	O enfermeiro, ao oferecer a inserção do dispositivo de forma responsável e baseado na cientificidade, tem contribuído para a desburocratização do acesso ao método. Neste sentido, o processo de capacitação influencia positivamente a qualificação da assistência e, a prática relatada, tem demonstrado eficácia e segurança, além de ultrapassar modelos, até então hegemônicos e centrados na figura do médico.
7	Traçar o perfil das mulheres submetidas à inserção de DIU de cobre na Atenção Primária à Saúde (APS)	A maioria das mulheres que inseriram DIU na APS de municípios da Paraíba apresentava entre 20 e 29 anos, possuía ensino médio completo, exercia atividade remunerada e continha de 1 a 2 filhos. As baixas porcentagens de mulheres com baixa escolaridade, adolescentes e nulíparas encontradas na amostra apontam para a necessidade de traçar estratégias específicas de incentivo ao dispositivo intrauterino na Atenção Primária à Saúde

8	Analisar os registros referentes às consultas de planejamento reprodutivo e à inserção de dispositivo intrauterino realizadas em 2021 por enfermeiros e médicos na Atenção Primária à Saúde no Brasil.	Foi possível identificar a necessidade de investir na formação de médicos e enfermeiros para ampliar o acesso e o direito ao cuidado da vida sexual das mulheres residentes no país. O cuidado de enfermagem é uma forma de consolidar o direito das mulheres ao cuidado da vida sexual e reprodutiva.
9	Analisar a produção científica nacional e internacional sobre o papel do enfermeiro no programa de planejamento reprodutivo	Os estudos evidenciaram que o planejamento reprodutivo está associado à educação em saúde como um instrumento para prevenção de uma gravidez indesejada e que o enfermeiro atua como mediador entre o serviço e a população, buscando melhores estratégias para garantia dos direitos à saúde sexual e reprodutiva.
10	Verificar se as características sociodemográficas e assistenciais estão associadas ao tempo até o início do uso de contraceptivos no primeiro ano após o parto em usuárias da Atenção Primária à Saúde.	Apesar da alta prevalência do uso de MC, persistem desigualdades sociodemográficas e assistenciais em relação ao tempo até o início da contracepção após o parto, como também, uma insegurança contraceptiva. Ressalta-se a necessidade de uma política de promoção do uso de MC eficazes nesse período para reduzir os desfechos adversos associados ao curto intervalo interpartal e os riscos relacionados à ocorrência de gestações pouco espaçadas.
11	relatar a experiência de enfermeiros na colocação de dispositivos intrauterinos (DIU), no âmbito das práticas avançadas de enfermagem.	A realização dos treinamentos para a colocação dos DIUs favoreceu a aplicação de uma assistência diferenciada, inteiramente baseada em evidências científicas. Durante a consulta, evidenciou-se a dificuldade para a realização dos procedimentos, especialmente diante da ocorrência de reações adversas nas pacientes.

FONTE: Produção Autoral

5 DISCUSSÃO

O acesso aos serviços de planejamento reprodutivo e contracepção é um direito básico de todo indivíduo. Sendo uma prioridade para o desenvolvimento sustentável em saúde estabelecida na agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2021, et al. SILVEIRA). As diretrizes do planejamento reprodutivo são princípios e recomendações que orientam ações e políticas relacionadas ao controle da fertilidade e à saúde reprodutiva. Tendo como objetivo promover o acesso a informações, serviços e métodos contraceptivos para ajudar as pessoas a tomarem decisões controladas sobre quando e como ter filhos, bem como prevenir a gravidez não iniciada. A dificuldade de acesso contribui na incidência de gestações indesejadas e não planejadas, abortos inseguros, complicações obstétricas e neonatais que podem resultar em aumento da mortalidade materna e neonatal.

O planejamento reprodutivo é um processo dotado de complexidade, condicionantes e/ou determinantes. Variam de país para país e são influenciadas por fatores culturais, religiosos e políticos. No entanto, algumas das diretrizes comuns incluem o acesso à educação e informações, garantem que as pessoas tenham acesso a informações precisas e imparciais sobre os diferentes métodos contraceptivos disponíveis, seus benefícios, riscos e eficácia. Sendo um processo complexo que envolve diversos outros contextos sociais, ambientais importantes e a abordagem tem sido um grande desafio da saúde pública, sobretudo, quando se trata do acesso a grupos populacionais em situações de vulnerabilidades e desigualdades.

Além disso, superar a resistência colocada por outras categorias profissionais ainda é uma realidade, a Federação Internacional de Ginecologistas e Obstetras (FIGO) recomenda a transferência ou partilha de tarefas com os profissionais enfermeiros, no que se refere ao fornecimento de

aconselhamento, atuação clínica, inserção e prescrição nos métodos contraceptivos (LACERDA, 2021)

Em parecer específico, o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) dispôs que o profissional de Enfermagem atua com autonomia, ética e exerce suas atividades com competência para promoção do ser humano na sua integralidade. Vale ressaltar, que enfermeiras(os) estão aptas(os) a realizar a consulta de Enfermagem no campo da saúde sexual e reprodutiva com foco no planejamento reprodutivo. Possibilitando que haja uma ampliação do acesso à contracepção, estimulando o crescimento da implantação da assistência em planejamento familiar no âmbito da atenção integral à saúde, executando uma prática resolutive (COFEN, 2022).

Segundo Dias (2022), a atuação colaborativa de diferentes profissionais de saúde propicia o fomento para a participação de enfermeiras (os) nas estratégias de ampliação da oferta contraceptiva, favorecendo a ampliação do acesso às informações qualificadas, garantindo diferentes métodos para a população em idade reprodutiva. Permitindo que todas as pessoas tenham o direito de receber informações precisas, imparciais e abrangentes sobre métodos contraceptivos, saúde sexual e reprodutiva e planejamento familiar.

A Atenção Primária à Saúde (APS) do SUS tem papel fundamental no planejamento reprodutivo e familiar, e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Pnaism) tem como objetivo específico a integralidade e a promoção da saúde como princípios norteadores e busca consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais, estimula a implantação da assistência em planejamento familiar no âmbito da atenção integral à saúde, inclui também a qualificação da atenção ao planejamento reprodutivo, além da ampliação do acesso às informações qualificadas sobre contracepção.

Para melhorar o acesso da população ao atendimento de enfermagem no planejamento reprodutivo, é necessário adotar uma abordagem abrangente que envolva diversas medidas e propostas que podem ajudar a alcançar esse objetivo. Sendo estes profissionais responsáveis na educação em saúde sexual e reprodutiva, que implementa programas abrangentes em escolas e comunidades, fornecendo informações sobre anatomia, contracepção, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e cuidados pré-natais. Contribuindo assim, na disseminação de conhecimento para a população auxiliando na tomada de decisão.

No Brasil, um estudo mostrou que mais de 80% das mulheres relataram utilizar algum método contraceptivo, sendo os mais utilizados os de curta duração (SARCS - short-acting reversible contraception), se comparado aos de longa duração (LARCS) (TRINDADE, 2022). Os métodos contraceptivos de longa duração são seguros e eficazes, são uma excelente opção para pessoas que desejam evitar a gravidez, mas preferem não se preocupar com a contracepção diária ou mensal, podendo ser usado em qualquer idade do período reprodutivo e sem prejudicar a sua fertilidade,

possibilitando sua inserção após 10 minutos em casos de pós-parto e pós-abortamento, por exemplo. Atualmente observa-se um interesse aumentado pela procura, preferência e inserção do dispositivo intra-uterino na APS, pela alta praticidade e manutenção reduzida em comparação aos outros métodos, O Dispositivo Intra Uterino (DIU) uma vez colocado corretamente, apresenta uma taxa de falha em torno de 0,8% para o uso típico e 0,6% para o uso perfeito, assumindo o segundo lugar como método de contracepção com menor chance de falha.(LACERDA, 2021).

O DIU é inserido dentro do útero e existem dois tipos principais de DIU o de cobre e o hormonal. Ambos têm seus próprios benefícios, sendo altamente eficazes na prevenção da gravidez, com uma taxa de falha muito baixa. Dependendo do tipo de DIU, é oferecido gratuitamente na Atenção Primária à Saúde (APS) do SUS. Sua inserção pode ocorrer desde que os critérios de elegibilidade sejam atendidos e haja manifestação do desejo por parte da mulher (BRASIL, 2023).

Portanto, destacamos as evidências quanto a necessidade da atuação colaborativa de diferentes profissionais de saúde e propiciam o fomento para a participação da enfermagem nas estratégias de ampliação da oferta contraceptiva, torna-se fundamental para que os direitos sexuais e reprodutivos sejam preservados, inclusive, o princípio da universalidade e da autonomia das mulheres quanto às suas escolhas relativas ao uso ou não de métodos contraceptivos, através do conhecimento previo de seus benefícios respeitando critérios clínicos e considerando suas especificidades individuais.

6 CONCLUSÃO

O conjunto de ações formado pelo planejamento reprodutivo além de avaliar e coordenar aquela família que possui o desejo ou não de construir uma família, visa diminuir a taxa de mortalidade Materna e Neonatal garantindo assim, as três integridades do SUS: universalidade, equidade e integralidade aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, ampliando a igualdade de gênero.

Tendo em vista a Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996 que regulamenta o art. 226 da Constituição Federal, referente ao planejamento reprodutivo, que visa o planejamento familiar e os papéis do estado e dos sujeitos na garantia desse direito é possível destacar a importância da oferta de todos os métodos contraceptivos disponíveis em redes de saúde do SUS juntamente com a avaliação de qual método será recomendado visando que cada mulher possui o seu próprio ciclo e perfil. Desse modo evitando qualquer intercorrência futura que possa comprometer diretamente a vida dessa mulher ou família, como abortos espontâneo e gravidez indesejadas.

Considerando a Resolução nº 690/2022 que prediz que a inserção e retirada do SUS deve ser realizada pelo próprio enfermeiro na atenção primária ou até mesmo especializada. Enfatizando a importância da atuação do enfermeiro no que tange a inserção do Dispositivo Intrauterino, tendo em vista que é a partir desse profissional durante as primeiras consultas de enfermagem que a mulher terá o seu primeiro contato com os métodos contraceptivos oferecidos. Uma vez que o enfermeiro possui



com uma das principais habilidades formadas durante a graduação, o papel como educador em saúde, ou seja, torna-se um dever informar essas mulheres a respeito do funcionamento do seu próprio corpo juntamente o motivo pelo qual o método DIU é o mais indicado.

Conclui-se a partir deste estudo, a grande importância que o planejamento reprodutivo e sexual possui na sociedade atual enfatizando a brasileira, principalmente na Atenção Primária à Saúde, pois é a partir desse momento que haverá a redução das desigualdades. Fazendo com que assim, aumente o acesso dessas mulheres aos métodos contraceptivos e conseqüentemente melhorando sua qualidade de vida diminuindo, gravidez indesejadas, aborto, morte materna e Neonatal.



REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS), 2023. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 18. Jul.2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015 (PNPM). Brasília-DF, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/pnaism_pnpm-versaoweb.pdf. Acesso em: 27. Jul.2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica .Saúde Sexual e Reprodutiva. CADERNOS DE ATENÇÃO BÁSICA. Brasília: Ed. Ministério da Saúde, 2010. 300p. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad26.pdf. Acesso em: 16 Jul. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Resolução Cofen Nº 690/2022. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-690-2022_96063.html. Acesso em: 15. Jul. 2023.

COFEN - Resolução COFEN nº. 004/2019: Inserção de Dispositivo Intrauterino (DIU TCU 380A) com Cobre por Enfermeiros na Rede de Atenção Especializada. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/parecer-de-comissao-no-004-2019-cnsm-cofen_86641.html. Acesso em: 07.Jul.2023.

DIAS, C.L; Silva, YL. Prática avançada de enfermagem no planejamento reprodutivo – Inserção de dispositivo intrauterino: um relato de experiência. Nursing (São Paulo), [S.L.], v. 25, n. 294, p. 8894-8903, nov. 2022. Disponível em: <https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/2858/3453> . Acesso em: 06. Jul. 2023.

LACERDA, L.D, Arma JC, Paes LG, Siqueira EF, Ferreira LB, Fetzner RR, et al. Inserção de dispositivo intrauterino por enfermeiros da atenção primária à saúde. Enferm Foco. Florianópolis, v.12, n. 7, p. 99-104, jul. 2021. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/5209/1167>. Acesso em: 06. Jul. 2023.

LOPES, R.R, Galvão EL, Guedes HM. Desenvolvimento e validação de uma ferramenta para avaliação por competência da inserção do dispositivo intrauterino. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 283-295, jun. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/wvZQK6dFSj6sV7C5WfPKMfg/?lang=en>. Acesso em: 06. Jul. 2023.

MARTINS, Isli Maria Oliveira; NÓBREGA, Maria Clara Paiva; QUEIROGA, Verônica Ebrahim; BARRETO, Danyella da Silva; HOLANDA, Viviane Rolim de; FAUSTINO, Waglânia de Mendonça. Conhecimento de enfermeiros sobre o dispositivo intrauterino no contexto das unidades básicas de saúde. Enfermería Global, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 192-233, 1 abr. 2023. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia. Disponível em: <https://revistas.um.es/eglobal/article/view/537811/339121> . Acesso em: 09. Jul. 2023.

MELLI, Tamires Lima. Atenção em Contracepção no Puerpério: O DIU Está sendo Ofertado às Mulheres Usuárias de Unidades Básicas de Saúde? 2019. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7144/tde-17122019-121642/pt-br.php>. Acesso em: 06 Jul. 2023.



MORAIS, Ianna Gil de Farias. Perfil das mulheres submetidas à inserção do dispositivo intrauterino de cobre na Atenção Primária à Saúde de municípios da Paraíba. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, Rio de Janeiro, p. 1-12, jan. 2021. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/08/1282015/2649-texto-do-artigo-16431-1-10-20210714.pdf>. Acesso em: 09. Jul. 2023.

RODRIGUES, Gabrielle Almeida *et al.* Planejamento reprodutivo e inserção de dispositivo intrauterino realizada por médicos e enfermeiras no Brasil. *Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v. 28, n. 86717, p. 1-13, jun. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cenf/a/N57ScHmZPbtrFNMH67KFFfM/?lang=pt#>. Acesso em: 06. Jun. 2023.

SILVA, Ana Carolina Moreira. Garantindo o acesso ao dispositivo intrauterino na atenção primária através das redes sociais durante a pandemia do novo coronavírus. *Revista de Aps*, João Pessoa, Paraíba, p. 154-163, 25 mar. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/35982/24827>. Acesso em: 09. Jul. 2023.

SILVEIRA, Luana Miranda da. Determinantes do início do uso de métodos contraceptivos após o parto em usuárias da Atenção Primária à Saúde. *Belo Horizonte; s.n; 2022. 95 p. illus, tab.* Tese em Português | LILACS, BDENF - Enfermagem | ID: biblio-1436585. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1436585>. Acesso em: 15. Jul. 2023.

VENTURA, Hemmily Nóbrega; Santos, Carla Lidiane Jácome dos; Ferreira, Josefa Danielma Lopes; Andrade, Lidiane Lima de; Oliveira, Jacira dos Santos; Costa, Marta Miriam Lopes; et al. O papel do enfermeiro no programa de planejamento reprodutivo: uma revisão integrativa. *Rev. Enferm. Atual In Derme*; 96(40): 1-10, Out-Dez./2022. BDENF - Enfermagem | ID: biblio-1427838. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1427838>. Acesso em: 15. Jul. 2023.